

LISTA DO PACOTE DA DESTRUÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

(atualizada em 1º de junho de 2025)

PROJETOS COM PRIORIDADE MÁXIMA	
PL 2159/2021	Institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que implode o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais, priorizando o autolicenciamento e as isenções de licença. Aprovado no Senado em 21/05/2025.
PL 364/2019	Inicialmente voltado a flexibilizar as regras dos campos de altitude na Mata Atlântica, foi ampliado e ameaça toda a vegetação nativa não-florestal.
PEC 03/2022	Retira a propriedade exclusiva da União sobre os Terrenos de Marinha (privatiza praias).
PEC 48/2023	Acrescenta o marco temporal no art. 231 da Constituição Federal, ferindo direitos fundamentais das populações indígenas.
PL 510/2021 e PL 2633/2020	Flexibilizam as normas sobre regularização fundiária e contribuem para a impunidade e a consolidação do desmatamento.
PRINCIPAIS PROJETOS DO PACOTE DA DESTRUÇÃO ORGANIZADOS POR TEMAS	
1. DESMATAMENTO	
1.1 Flexibilização das normas sobre regularização fundiária	
PL 510/2021 e apensado PL 2633/2020	Facilitam a regularização de terras públicas federais invadidas, ampliando o limite de área sem vistoria prévia para até 2.500 hectares, permitindo titulação por licitação mesmo sem ocupação consolidada, estendendo o marco temporal para ocupações ilegais até 2014 e autorizando a regularização de quem já foi beneficiado anteriormente.
1.2 Flexibilização do Código Florestal e da Lei da Mata Atlântica	
PL 2374/2020	Propõe a ampliação do marco temporal para regularização de áreas consolidadas em Reserva Legal, permitindo que desmatamentos ocorridos até maio de 2012 sejam regularizados mediante

	compensação em dobro da área desmatada.
PL 1282/2019	Autoriza a construção de reservatórios para irrigação em Áreas de Preservação Permanente (APPs).
PL 2168/2021	Classifica obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal como de utilidade pública, permitindo intervenções em APPs para construção de barragens e outras estruturas relacionadas.
PL 686/2022	Permite o corte de vegetação secundária em propriedades rurais sem a autorização prévia dos órgãos ambientais.
PL 36/2021	Amplia o prazo para que os pequenos agricultores se inscrevam no CAR e façam jus aos benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA). No curso de sua tramitação, o texto do PL foi ampliado e passou a incluir um conjunto bastante negativo de alterações no Código Florestal.
PL 364/2019	Afeta vegetações não florestais associadas ao bioma Mata Atlântica, retirando sua proteção. Inicialmente voltado a flexibilizar as regras dos campos de altitude na Mata Atlântica, o texto do PL foi ampliado e ameaça toda a vegetação nativa não florestal.
PL 2250/2025	Altera a Lei da Mata Atlântica para permitir a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração para fins de loteamento ou de edificação.
PL 3334/2023	Reduz a proteção de Reservas Legais em municípios com mais de 50% de seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, permitindo novos desmatamentos.
PL 3511/2019	Flexibiliza as regras referentes ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

1.3 Flexibilização de outras normas ambientais	
PL 1814/2025	Estabelece que a responsabilização por infração ambiental e o embargo cautelar de áreas em propriedades ou posses rurais dependem de vistoria presencial realizada pelo agente autuante. Busca dificultar o uso de tecnologia remota na fiscalização ambiental.
PL 2420/2021	Autoriza o programa de ampliação e regularização de Unidades de Conservação Federais, incluindo a possibilidade de categoria “mista”, o que abre brechas para redução de proteção.
PL 1406/2024 e apensado PL 4157/2024	Altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) para incluir vedação a acordos internacionais que imponham restrições comerciais ao Brasil, sob a justificativa de discriminação ambiental.
PL 1331/2022	Autoriza a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação.
PL 3927/2024	Estabelece critérios para conceder incentivos fiscais e terrenos públicos a empresas do setor agroindustrial.
PL 3087/2022	Altera o decreto de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP) para permitir a criação do “Distrito Parque de Vila Brasil”, o que implica a redução da área protegida.
PL 337/2022	Exclui o Mato Grosso da Amazônia Legal, o que gerará grande aumento do desmatamento.
PLP 223/2024	Atribui ao Congresso Nacional a competência de criar Unidades de Conservação da Natureza.
2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	
PL 2159/2021	Institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que implode o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais, priorizando o autolicenciamento e as isenções de

	licença. Representa o maior retrocesso na política ambiental brasileira em quatro décadas. Aprovado no Senado em 21/05/2025.
<u>PL 4994/2023</u>	Reconhece a BR-319 como infraestrutura crítica e determina a sua trafegabilidade como prioridade nacional, o que pode acelerar obras de pavimentação sem o controle ambiental adequado, ameaçando ecossistemas sensíveis da Amazônia.
<u>PLP 254/2023</u>	Altera a Lei Complementar 140/2011 para delegar à Marinha o licenciamento ambiental de atividades náuticas. Fragiliza o controle em áreas costeiras e em ecossistemas sensíveis.
<u>PL 5822/2019</u> e apensado <u>PL 2623/2022</u>	Permitem lavras garimpeiras de pequeno porte em Florestas Nacionais. Abrem brecha para mineração em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
3. TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	
<u>PEC 48/2023</u>	Estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A proposta contraria a decisão do STF que considerou essa tese inconstitucional.
<u>PEC 59/2023</u>	Transfere a competência para a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Congresso Nacional, politizando o processo e enfraquecendo a proteção dos direitos indígenas.
<u>PEC 10/2024</u>	Permite aos indígenas produzirem e comercializarem livremente sua produção. Apesar de parecer positiva, a proposta abre brechas para a exploração econômica de terras indígenas por terceiros.
<u>PL 6093/2023</u>	Condiciona o início do procedimento de demarcação à disponibilidade orçamentária e transforma o ato de homologação em Medida Provisória, entregando ao Congresso Nacional a palavra final sobre um direito originário e indisponível.

PL 4740/2024	Promove visão xenofóbica, considerando indígenas como “estrangeiros” para o acesso a direitos e políticas públicas. Afeta principalmente aqueles cujos territórios ancestrais foram divididos por fronteiras nacionais.
PL 4039/2024	Criminaliza as retomadas indígenas ao prever a suspensão dos processos de demarcação durante manifestações e ao impor indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes aos produtores rurais em áreas sobrepostas às Terras Indígenas.
PL 1942/2022	Dispõe sobre o procedimento para a identificação, a delimitação, o reconhecimento e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
PDL 47/2025	Susta o decreto que regulamentou o poder de polícia da FUNAI, retrocedendo em conquista dos povos indígenas determinada pelo STF e regulamentada pela União para garantir fiscalização, prevenção e retirada de invasores de terras indígenas.
PDL 68/2025	Anula a Portaria MMA/MDA 1.309/2025, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para reconhecer e regularizar o uso e a ocupação tradicional em áreas de florestas públicas federais não destinadas, localizadas na Amazônia Legal.
4. ENERGIA	
PL 4051/2023	Propõe incluir os empreendimentos a carvão mineral do Rio Grande do Sul no Programa de Transição Energética Justa (TEJ), permitindo a prorrogação de contratos de usinas termelétricas e a manutenção de subsídios até 2040.
PL 3266/2021	Permite a exploração de energia renovável em até 30% da área de

	assentamentos da reforma agrária. Abre brecha para a entrada de empresas no território da agricultura familiar, desvirtuando a função social dos assentamentos e favorecendo a mercantilização da terra.
5. OCEANO E ZONA COSTEIRA	
<u>PEC 03/2022</u>	Privatização das praias. Transfere dos entes federados a propriedade de terrenos de marinha e seus acréscimos, eliminando a cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio.
<u>PL 4444/2021</u>	Privatiza 10% das faixas de areia de todos os municípios costeiros para uso limitado a empreendimentos turísticos como hotéis, parques privados, clubes, marinas ou outros.
<u>PL 2381/2021</u>	Acaba com a Reserva Extrativista de Canavieiras para criar a Área de Proteção Ambiental de Canavieiras, no estado da Bahia. Com isso, reduz o grau de proteção ambiental.
<u>PL 849/2025</u>	Reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no estado de Santa Catarina.
<u>PL 4245/2019</u>	Reduz os limites da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará.
6. INFRAESTRUTURA HÍDRICA	
<u>PL 4546/2021</u>	Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, alterando leis sobre gestão das águas para introduzir no Brasil o mercado da água, prejudicando o uso sustentável.
7. FINANCIAMENTO	
<u>PL 10273/2018</u> e apensados <u>PL 4823/2019</u> , <u>PL 6096/2019</u> e <u>PL 4512/2021</u>	Restringem a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) apenas às atividades licenciadas pela União, limitando a cobrança a uma única atividade por contribuinte, independentemente do número de estabelecimentos.